O MILAGRE DO PERDÃO

Na tradição judaica e na tradição cristã

Nicoletta Crosti

Tradução: Rita Veiga

Caderno 12

08 Setembro – 2007

www.fundacao-betania.org

O MILAGRE DO PERDÃO [1]

Na tradição judaica e na tradição cristã

Nicoletta Crosti

O tema do perdão é um tema muito actual, dada a longa onda de violência que parece submergir o nosso mundo. O cristão sente-se particularmente interpelado por este tema e sabe que deve dar testemunho da sua fé no perdão, que sente como um imperativo moral ineludível, quando a outros parece uma utopia inatingível.
Perdoar é a única acção humana recordada na oração de Jesus, o Pai-Nosso, na qual a necessidade do pão é igualada à necessidade do perdão de Deus, ambas necessárias para se poder viver numa dimensão autenticamente humana.

Para introduzir

Perdoar é uma acção especial, muito séria e de grande compromisso, limitada por regras específicas. É uma acção que pressupõe o amor e a misericórdia, mas que, no entanto, se diferencia destas virtudes. Perdoar não é um sentimento, nem uma boa intenção, mas é um acontecimento que se inscreve na história da salvação.
A etimologia do termo "perdoar" remonta ao latim medieval, vem de "per", prefixo de intensidade, e de "dar"; o perdão, de facto, é um *superdom*. O perdão não é uma realidade que se compra, nem que se merece, mas que se recebe e que se dá como pura graça.
No latim clássico, fala-se de *condonare* , remetir uma dívida, na linha da tradição hebraica e do Novo Testamento, que usa a expressão "remetir a dívida", seja em relação a Deus seja aos irmãos. De facto lesar um direito de Deus ou dos homens é considerado uma *dívida*, que se contrai em relação ao ofendido. O perdão, se pedido e obtido, *perdoa* a dívida.

O perdão é relacional, pressupõe sempre uma relação entre duas pessoas ou dois grupos, dos quais um se torna a vítima e o outro o agressor. Não é possível restabelecer uma relação de fraternidade autêntica entre os dois sem o co-envolvimento de ambos, portanto o perdão não pode ser um acto unilateral. O ofendido pode sentir-se disposto a dar o perdão e estar disposto a reconciliar-se, mas o perdão para ser efectivo e se tornar um acontecimento deve ser pedido por aquele que ofendeu. Caso contrário, o perdão permanece suspenso, não "acontece", como foi o de Jesus na cruz, não pedido e não desejado pelos seus perseguidores. Como sucede ainda hoje em muitíssimas situações humanas, em que o perdão é pedido, mas não é dado, ou nem é pedido, porque o agressor não se sente culpado, e consequentemente não é dado.

O ser humano, por si só, não consegue perdoar, porque, por instinto, fisiologicamente, foge ao inimigo ou agride-o, em autodefesa. A cada "ofensa", o homem ou a mulher tendem a vingar-se. Além disso, sabemos que: *Acaso muda um etíope a sua pele ou um leopardo as suas malhas? Do mesmo modo, podereis fazer o bem também vós, habituados a fazer o mal?* (Jer 13, 23).
O perdão não nasce da racionalidade, mas por uma profundidade do amor que o homem não conhece. Vale para o perdão quanto Paulo disse em relação à fé (Ef 2, 8-9): *... por isso, não vem de vós, mas é dom de Deus; não vem das obras, para que ninguém possa vangloriar-se.*
Perdoar, de facto, pertence ao mundo do milagre, que o Espírito suscita no íntimo do crente – *O que é então mais fácil de dizer: "são-te perdoados os teus pecados" ou "levanta-te e caminha"?* (Mt 9,5). Este milagre acontece no espírito dos fiéis de todas as religiões.

[1] Tradução de Rita Veiga.
Este texto serviu de base à conferência realizada na sede da Fundação Betânia, em 8 Setembro 2007.

Perdão e justiça

Cada sociedade humana se estrutura segundo leis próprias, desejadas para o bem comum e uma vida social ordenada. Quem não respeita a lei comete uma falta e deve cumprir uma pena, proporcional à falta (é o princípio de "talião", ainda hoje em uso em todos os tribunais). O binómio falta-pena, com o respectivo processo movido ao culpado, é parte da justiça humana, a qual é delegada na lei, que pretende evitar a vingança privada e a espiral de violência que daí advém.
Quando o culpado, reconhecido como tal, é processado e submetido à pena (se é coisa grave, geralmente, a prisão), pensa-se "Fez-se justiça" . A situação voltou ao equilíbrio. Todavia, esta justiça não restabelece a relação de confiança e de solidariedade que deve existir entre irmãos, aquele desejo de comunhão com o outro que é necessidade fundamental de cada ser vivo. Nesta justiça humana, não há espaço para o perdão, que, por sua natureza, é um "dom gratuito, um superdom.
O perdão, portanto, está ligado a uma outra justiça, que não é a forense.

O Senhor manifestou a sua salvação, aos olhos dos povos revelou a sua justiça [2]

Para judeus e cristãos, a justiça de Deus é uma coisa bem diferente da justiça humana. É a utopia do Reino, é o seu plano de redenção para toda a criação, é a sua vontade de salvação. É uma justiça que tem, na base, o dom, gratuito e imerecido, ou, melhor dizendo, os três dons: o dom da Criação, o dom da Aliança e, para o cristão, o dom da Encarnação. Dons que não são impostos, mas são postos nas mãos dos homens e das mulheres que continuam livres de utilizá-los, de destruí-los, de recusá-los.
O perdão só encontra espaço e sentido no interior desta justiça de Deus, que quer a salvação da sua criatura no respeito pela sua liberdade.
Se *quereis de verdade escutar a minha voz e guardar a minha aliança… sereis para mim um reino de sacerdotes, uma nação santa* (Ex 19, 5-6).O "se" do início é o espaço deixado à liberdade dos filhos de Deus, que podem escolher ou recusar a aliança. *Todo o povo respondeu junto e disse: Quanto o Senhor disse nós o faremos* (Ex 19, 8). Desde aquele dia, Israel e os cristãos são obrigados a aderir à vontade do Senhor, são obrigados a comportar-se como um povo responsável. Se não o fizerem *entram em dívida* com o próprio Senhor e *distanciam-se* dele.

A TRADIÇÃO JUDAICA

Voltai para mim e eu voltarei para vós [3]

Durante o longo período do exílio na Babilónia, Israel teve a oportunidade, ou melhor, foi constrangido a repensar em toda a sua história. Nas promessas de Adonai feitas a Abraão, na Aliança dada no Sinai e nas contínuas tentativas da parte de Deus de recomeçar do princípio, de cada vez que a aliança era quebrada (vide o episódio do bezerro de ouro, Ex *c.* 32). A teologia sacerdotal vê, neste repetir-se dos acontecimentos históricos, o mesmo paradigma. (vide Sl 106/105 e Jz 2, 11-18). No princípio há um dom gratuito do Senhor, que Israel aceita e, no caso da Aliança, se empenha em viver; e, num segundo tempo, há uma atitude

[2] Sl 98/97, 2
[3] Mal 3, 7

irresponsável de Israel, que se distancia do dador dos dons. Daí resulta, como terceira fase, uma situação de grande sofrimento para todo o povo, que paga as consequências dos seus próprios erros. Israel considera o seu sofrimento um "castigo" e grita por auxílio. Deus, então, *que não criou a morte e não se compraz na desgraça dos vivos* (Sab 1, 13), que *deplora a desgraça* (Jl 2, 13), responde, libertando Israel das consequências nefastas do seu erro (vide o regresso do exílio babilónico), *perdoando-lhe*.

Esta experiência induz Israel a acreditar na infinita misericórdia de Deus, que, em Ex 34, 6-7, vem apresentada nos seus treze atributos, entre os quais o de perdoar, retomado de Isaías: *Disse o Senhor: Ainda que os vossos pecados fossem como escarlate, tornar-se-iam brancos como neve; se fossem vermelhos como púrpura tornar-se-iam como lã*" (Is, 1, 18).

Por isso, Israel instituirá, no século V a. C., o dia do grande perdão, o dia da Expiação, Yom Kippur (o verbo *kipper* significa expiar), a festa mais universalmente observada do judaísmo.

Nos dias ditos "terríveis" do juízo divino sobre Israel e os povos do mundo, entre o Rosh ha shanah (primeiro dia do ano) e o Yom Kippur, durante dez dias, o judeu põe-se diante do seu Deus em humildade. Publicamente, declara ter rompido a aliança, porque infiel ao compromisso tomado. Situação gravíssima para cada judeu, que sente ter perdido a sua identidade. Ele, de facto, é aquele que está submetido à Torah.

Israel sabe que o grande desejo de Deus é vê-lo "voltar" para ele. *Voltai para mim e eu voltarei para vós* (Mal 3, 7), mas, ao mesmo tempo, está consciente de ser incapaz disso, por isso pede todos os dias: *Faz-nos voltar, Pai nosso, à tua Torah e faz-nos voltar, Rei nosso, ao teu serviço*[4] , que retoma as palavras de Efraim: *Tu me castigaste e eu suportei o castigo como um novilho não domado, faz-me voltar e eu tornarei, porque tu és Adonai meu Deus* (Jer 31, 18).

Por outras palavras, Israel crê que a criatura não pode salvar-se sozinha, apenas pode acolher a salvação que lhe é oferecida. É Deus que deve tomar a iniciativa e intervir como salvador. Da sua parte, o crente deve estar desejoso de sair da sua situação de pecado, isto é, estar pronto a fazer *teshuvah* (da palavra hebraica *shuv*, que significa "voltar"), isto é, a converter-se.

Para fazer a sua parte na conversão, cada judeu deve seguir o que está escrito no Ben Sira (28, 2): *Perdoa a ofensa ao teu próximo e, então, em função da tua oração, ser-te-ão perdoados os pecados*.

É o que dizem os rabimos: *Se perdoas ao teu vizinho, o Único perdoar-te-á, mas, se tu não perdoas ao vizinho, ninguém terá piedade de ti*[5]. E repete Heschel: *Segundo a tradição judaica, o próprio Deus pode perdoar apenas a culpa cometida contra ele, não as cometidas contra os homens*[6].

Por isso, nos dias que precedem o Yom Kippur, os judeus empenham-se em contactar com os irmãos com quem têm questões a resolver e em reconciliar-se, pedindo perdão ou dando o perdão, e mostrando assim, de modo concreto, o desejo pessoal de superar as faltas do tempo passado para iniciar uma vida nova de fidelidade e de reaproximação a Deus.

E, se há situações em que não é possível dar o perdão, porque não se pode ir ter com o agressor, ou porque este não se sente culpado e não quer pedir perdão, então o judeu não se sente desresponsabilizado pela relação rompida com o irmão, mas deve, de qualquer modo, fazer tudo o que estiver ao seu alcance para ajudar o agressor. Isto significa seguir a norma rabínica: *No caso em que aquele que ofendeu o outro se recusa a pedir-lhe perdão, será o outro (o ofendido) que deverá pedir para ele a misericórdia* (Bava Kammà 9, 29) [7].

---

[4] Rita Torti Mazzi, *La preghiera ebraica*, Ed S. Paolo, Cinisello Balsamo, 2004, 160

[5] do Midrash Tanhuma Genesi, citado por C. Di Sante, *La preghiera di Israele*, Marietti Casale Monferrato, 1985, 25

[6] Citado em *Il Girasole*, de S. Wiesenthal , A. Garzanti ed. 2000, 114

[7] Annie Cagiati, *Gesù e l'ebraismo*, Ed. Marietti, Génova. 2000, 114.

… e vós humilhar-vos-eis; é uma lei perene[8]

Depois de ter feito todo o possível para se reconciliar com os irmãos, todo o Israel vive o grande jejum, que dura 24 horas. Este jejum substitui o rito sacrificial da expiação que se celebrava no culto (Lv *c.* 16) do Templo até à sua destruição em 70 d. C. Este grande jejum é uma forma como os judeus se humilham perante o seu Deus (Lv 16, 29-31). Sentem-se profundamente indignos porque sumamente devedores. Já o são à partida por tudo terem recebido de Deus, mas ainda mais no dia da Expiação, tornados conscientes da sua rebelião. Neste dia é lida várias vezes uma extensa lista de pecados (44 tipos por ordem alfabética) que evidencia a enorme importância do débito acumulado, que só a infinita misericórdia de Deus pode cancelar. São enumerados todos os tipos de pecados, entre os quais os cometidos por motivo de força maior ou por inadvertência, cometidos abertamente ou despercebidamente, por ignorância ou por endurecimento do coração.
Na sinagoga, na liturgia do dia, diz-se: *Ó Deus nosso e Deus dos nossos pais, acolhe perante ti a nossa prece e atende a nossa súplica… Sim, fomos culpados… praticámos acções abomináveis, preversões e enganos; desviámo-nos dos teus mandamentos… Tu és o nosso justo juiz de tudo quanto acontece, pois que ajes com verdade, enquanto nós somos culpados… Tu conheces os arcanos do Universo e os segredos mais ocultos de cada ser vivo… nenhuma coisa te fica escondida. Digna-te, pois, ó Senhor Deus nosso e dos nossos pais, a conceder-nos perdão e indulto por todos os nossos pecados, culpas e erros.*"[9]
A confissão é colectiva porque os judeus se sentem solidários no bem e no mal.

Da grande liturgia do Yom Kippur podem-se destacar alguns aspectos do perdão.

1) O perdão humano e o perdão divino estão ligados entre si, porque cada ofensa feita ao próximo é também uma infracção aos ensinamentos vinculativos escritos na Torah (a lei), sobre a qual se baseia a aliança, e é por isso uma infracção à aliança. Nesta dupla infracção, há duas vítimas, Deus e o irmão ofendido, e ambos devem dar o seu perdão independentemente. Um não pode substituir o outro. Deus só dá o seu perdão depois do que é dado pelo irmão, como é recordado acima.
2) Só se pode pedir perdão se se faz *teshuvah*, se se tem o desejo concreto de mudar de caminho e de *voltar* quer para Deus quer para o irmão, declarando a própria culpa, humilhando-se. Só a um convertido é dado o perdão.
3) A acção de perdoar é uma acção que a criatura deve aprender com o criador, ou melhor, deve actuar ao mesmo tempo que ele, *faz-me voltar e eu tornarei*. A única coisa que a criatura pode fazer é abrir-se à graça de Deus, desejar aprender a perdoar, Deus fará o resto através dele.

A TRADIÇÃO CRISTÃ

A tradição cristã do perdão baseia-se na palavra e nos gestos de Jesus, que se insere plenamente na tradição judaica do perdão.
Por isso, ele disse que, sem o perdão dado ou pedido aos irmãos, não se pode aceder ao perdão de Deus. De facto, os dois perdões, o do irmão e o de Deus, são inseparáveis. *Se vós perdoardes de facto aos homens a sua culpa, o vosso Pai celeste também vos perdoará; mas se não perdoardes aos homens, também o vosso Pai não perdoará as vossas culpas* (Mt 6, 14-

[8] Lev 16, 31
[9] C. di Sante, *La preghiera di Israele*, Ed. Marietti, Casale Monferrato, 1985, 218

15; Mt 18, 21-35). *Perdoa-nos as nossas dívidas como nós perdoámos aos nossos devedores* (Mt 6, 12). *Perdoai e sereis perdoados* (Lc 6, 37).

Como na tradição judaica, Jesus associa o dom do perdão à conversão sincera de quem o pede: *Se o teu irmão pecar, repreende-o; mas, se ele se converter, perdoa-lhe. E, se pecar sete vezes ao dia contra ti e sete vezes vier ter contigo e disser 'Arrependo-me', tu lhe perdoarás* (Lc 17, 3-4).
Jesus durante a sua vida deu o perdão do Pai[10] apenas a pecadores que desejavam sair da sua situação de pecado. Jesus falou do fariseu e do publicano que rezavam de modo diferente no Templo e só o publicano, que se humilhou, sai perdoado (Lc 18, 9-14).
Colocou uma "pecadora" em confronto com um fariseu que se considera justo (Lc 7, 36-50). A pecadora faz gestos de conversão, chora, humilhada, aos seus pés e beija-lhos, o fariseu não. Só à pecadora Jesus dirá *São-te perdoados os teus pecados*, e terá a delicadeza de explicar que foi a sua fé/amor que invocou o perdão de Deus.

Na parábola do servo desapiedado (Mt 18, 23-35), o rei, que tinha perdoado uma dívida incomensurável a um seu servo, retira-lhe o seu perdão (vv. 32-34) e entrega o servo aos esbirros, quando se dá conta de que o servo fizera pouco dele, não se tinha convertido e se tinha desforrado arrogantemente sobre um outro servo.
Na cura do paralítico (Mc 2, 1-5), Jesus começa por dizer que os pecados dele serão perdoados, porque os homens até tinham feito uma abertura no telhado para levar o paralítico até junto de Jesus, demonstrando assim a grandeza da sua fé.
Jesus, na cruz, concede o seu Reino apenas ao ladrão arrependido, e não ao outro.
Precisamente por este limite do perdão, que não pode ser dado senão a quem o pede e se converte, Jesus, vendo a sua morte próxima e sabendo que, depois da sua morte, ninguém irá poder dar o perdão na vez dele, é levado a colocar a sua disponibilidade para perdoar aos seus carrascos nas mãos do Pai: *Pai, perdoa-lhes…* Deste modo, também ele, o Pai, poderá perdoar.
Podemos pensar que este perdão dado da cruz se terá tornado efectivo para o centurião que está aos pés da cruz, também ele responsável pela crucificação. Este, de facto, vendo o modo como Jesus morria, tinha-se convertido e glorificava a Deus: *Vendo o sucedido, glorificava Deus: 'Certamente, este homem era justo.'* (Lc 23, 47).

"Não vim, de facto, para julgar o mundo, mas para salvar o mundo [11]

Jesus não altera os elementos específicos do perdão judaico, no entanto, abre um horizonte novo. Como Messias e Salvador, veio para oferecer uma vida nova, no seu Espírito, e é essa que quer dar.
Tanto no Antigo Testamento como no Novo, a vinda do Messias é associada à recuperação da vista, que não é só do corpo, mas também do espírito *Eu, o Senhor, te chamei… para que tu abras os olhos tornados cegos* (Is 42, 7), *Enviou-me a anunciar a cegos a vista* (Lc 4, 18). Jesus tinha dito várias vezes: *tendes olhos e não vedes…* (Mc 8, 18); *Ai de vós, guias cegos… estultos e cegos… Cegos!* (Mt 23, 16, 17, 19); e ainda: *fecharam os olhos para não verem com os olhos…,* citando Isaías (Mt 13, 15).
Desta cegueira o Salvador quer libertar todos. Cegueira que nasce da encruzilhada entre a livre vontade do homem e a inclinação para o mal que alberga nele, *a inclinação do coração humano é propensa ao mal desde a adolescência* (Gn 8, 21). Para Jesus, o misterioso coexistir destes dois elementos torna impossível aos homens um juízo sobre a responsabilidade última

[10] Na frase "são-te perdoados os teus pecados", o verbo "perdoar" está na passiva, é uma passiva teológica, subentende-se "por Deus".
[11] Jo 12, 47

da pessoa no específico contexto em que opera. Precisamente por isso, o homem Jesus de Nazaré distingue de modo radical o pecado do pecador, e diz que não veio para julgar os homens ou condená-los (o verbo grego *kríno* tanto pode querer dizer "julgar" como "condenar"), mas para salvá-los. *Se alguém escuta as minhas palavras e não as observa, eu não o julgo. Não vim, de facto, para julgar o mundo, mas para salvar o mundo* (Jo 12, 47); e: *Também eu não te condeno* (Jo 8, 11); e ainda: *Vós julgais segundo a carne, eu não julgo ninguém* (Jo 8, 15); e João diz: *Deus não mandou o Filho ao mundo para condenar o mundo, mas para que o mundo seja salvo por meio dele* (Jo 3, 17).
Sobre este "não julgar", Jesus será duríssimo com os seus discípulos. *Não julgueis para que não sejais julgados; de facto, com o juízo com que julgardes sereis julgados… Hipócrita, tira primeiro a trave que está no teu olho e então verás bem para tirar o argueiro do olho do teu irmão* (Mt 7, 1-5; Lc 6, 37, 41-42).
Jesus sabe que em todos os homens e em todas as mulheres se alberga o pecado e que, neste ponto, todas as criaturas, todas as vítimas e todos os agressores, são iguais, tanto que dirá a quem condenava uma adúltera apanhada em flagrante: *Quem está sem pecado atire a primeira pedra* (Jo 8, 7).

Pai, perdoa-lhes porque não sabem o que fazem [12]

Jesus sabe que nenhuma vida nova se pode iniciar sob a recordação de uma culpa, mesmo que perdoada. Esta pode permanecer como um peso que impede o culpado de acreditar em si próprio como sujeito capaz do bem e, portanto, incapaz de renascer para uma existência diferente.
Mas o Pai convidou o próprio Filho para dar uma nova vida. Por isso, Jesus chegou ao extremo de minimizar ou de anular a responsabilidade da culpa, superando a dimensão de pecado das suas criaturas. Paulo ficará estupefacto perante o mistério do Filho enviado a salvar o mundo: *[…] foi Deus, de facto, a reconciliar consigo o mundo em Cristo,* ***não imputando aos homens a sua culpa*** (2Cor 5, 19; ver também Col 2, 13-19).
Assim, Jesus salva da lapidação a adúltera apanhada em flagrante (Jo 8, 1-11), superando os mandamentos da Torah (Lev 20, 10), recusando-se a dar à lei a última palavra. E faz tudo isto para dar à adúltera o iníco de uma nova vida inocente: *Vai e doravante não peques mais*."
Falando deste modo, chama ao adultério "pecado", mas não reduz a adúltera ao pecado que cometeu; sabe-a capaz de uma vida "outra" e convida-a a caminhar em direcção a essa vida diferente que quer ardentemente para ela.
Para restituir a vida a Judas e aliviá-lo do peso da sua culpa, Jesus chega a mandar (o verbo está no imperativo) que Judas o traia: *Aquilo que deves fazer fá-lo depressa* (Jo 13, 27). Assim fazendo, Jesus sai do papel de vítima e abre um novo modo de ver a sua traição e a responsabilidade de Judas relativamente a isso. A traição permanece, mas a responsabilidade de Judas, depois da ordem recebida, torna-se diferente e misteriosa. Jesus amou Judas por aquilo que ele poderia tornar-se se tivesse aceitado pedir perdão, por aquilo que era, mas não sabia ser. O verdadeiro pecado de Judas foi não crer no perdão de Jesus e de Deus, aquele fechar-se ao Espírito que nem mesmo Deus pode modificar.
Para dar a possibilidade de uma vida nova aos seus perseguidores, Jesus, na cruz, minimiza a responsabilidade deles: *Pai, perdoa-lhes porque não sabem o que fazem*. Jesus sabe, de facto, que os olhos deles se tornaram cegos, incapazes de perceber o que estão a fazer.

Sede misericordiosos como também o vosso Pai é misericordioso [13]

[12] Lc 23, 34
[13] Lc 6, 36

Já no Antigo Testamento está escrito *Sede santos porque eu sou santo* (Lev 11, 44 e 45; 19, 2; 20, 7) é o grande tema judaico da *imago dei*. Por maioria de razão no Novo Testamento Jesus diz: *Sede misericordiosos porque também o vosso Pai é misericordioso* (Lc 6, 36).
O perdão cristão, que deve moldar-se segundo o exemplo do Pai e do Filho, não se limita então a *perdoar a dívida*, dentro dos limites clássicos do perdão, mas vive daquela tensão escatológica do Reino que quer uma vida nova e diferente para todos, porque assim o quer o Pai misericordioso.
O perdão cristão torna-se então um processo que deve fazer passar da morte à vida tanto o ofendido como o ofensor, ambos com necessidade de conversão e de salvação. Perdoar torna-se então sinónimo de salvar.

Como primeiro passo, há a superação da vingança da parte do ofendido, para não entrar no beco sem saída da violência. A este segue-se o longo percurso que leva a distinguir a ofensa da responsabilidade última de quem ofendeu, através da via estreita do não julgar de Jesus, para chegar à convicção da cegueira de quem ofendeu *(...porque não sabem o que fazem)*.
A esta convicção junta-se a consciência, como criatura pecadora, de ter o mesmo grau de cegueira do agressor e, portanto, a humildade de saber que somos todos igualmente pecadores, perdoados por Deus.
A tensão no sentido da criação do Reino leva, portanto, o cristão a ver em cada forma de violência dada ou recebida uma ocasião para um mútuo renascimento a um nível mais profundo de relação. É um abrir-se a uma experiência nova, guiada pelo Espírito, que implica a pessoa no processo de dar e receber o perdão, *criaturas novas* (2Cor 5, 17; Gal 6, 15; Ef 4, 24), experimentando aquela *reconciliação* (em grego *katallasso*, que etimologicamente significa "transformação em outro"), que é já o Reino de Deus na terra.
Se a reconciliação não é possível, o Espírito sugere ainda, esperando que o milagre da conversão aconteça, *rezai pelos vossos perseguidores... porque sois filhos do vosso Pai celeste que faz surgir o Sol sobre os malvados e sobre os bons* (Mt 5, 44).

Enquanto ainda estava longe, o pai viu-o e comoveu-se profundamente [14]

Para compreender até ao fundo o perdão na perspectiva cristã, que tem como horizonte último o Reino de Deus, é necessário ter presente a parábola do pai misericordioso (ou do filho pródigo, Lc 15, 11-32).
No centro da parábola está o desejo do pai de partilhar com todos os seus filhos a alegria de estarem juntos, numa dimensão "outra" relativamente à experiência terrena. É a alegria expressa pelo banquete com o vitelo gordo (dirá Jesus: *a fim de que a minha alegria esteja em vós e a vossa atinja a plenitude*, Jo 15, 11 e 17, 13). Para convidar para esta festa, o pai está disposto a tudo, até a superar a justiça, até a eliminar a culpa (não tem em conta as culpas do filho), até a ir procurar a ovelha tresmalhada. Porque o que conta é o renascimento que o pai quer dar aos filhos, uma plenitude de vida nova que não merecem (nem sequer estão convertidos) e que, no entanto, o pai quer dar-lhes, sem nada pedir em troca, nem a penitência.
Os dois filhos da parábola são igualmente culpados. Duas culpas diferentes, ambas originadas por um falso conceito de Pai. O pai afigura-se-lhes como um pai patrão, que devia agir segundo a justiça dos tribunais. Ou seja, cada culpa é condenada, como clamava o filho mais velho, e a cada culpa deve corresponder uma pena, como pensava o filho mais novo, que queria ser um assalariado para o resto da sua vida. Nenhum dos dois estava convertido, nem o mais novo que volta para o pai por um puro cálculo de conveniência. Nenhum dos dois pensava que o pai pudesse comover-se *até às entranhas*, como diz o texto, abraçar e beijar os

[14] Lc 15, 20

filhos (v. 20) e muito menos fazer um banquete para eles (v. 23). Mas é aquele, exactamente, que acontece, com tantos músicos, danças e vitelos gordos, aos quais Isaías acrescenta os vinhos generosos (Is 25, 6). É o banquete messiânico a que o pecador vem gratuitamente, levado a uma dimensão nova de relação com o Pai e com o irmão, se aceitar tomar parte no banquete.

O filho mais velho não descobrirá tudo isto, não obstante o pai ter vindo chamá-lo, procurá-lo, convidá-lo. O filho mais velho não consegue superar um conceito tacanho de justiça, não acredita na loucura do amor e não se lhe entrega, tal como Judas no episódio da unção dos pés de Jesus por Maria (Jo 12, 3-5).

O filho mais novo, por sua vez, descobrirá o inaudito da vida junto do pai, quando envergar as vestes melhores, enfiar no dedo o anel, símbolo de poder, e calçar as sandálias como todo o homem verdadeiramente livre, descobrindo então: *Que coisa é o homem?… No entanto, fizeste dele pouco menos que um deus, de glória e de honra o coroaste: deste-lhe poder sobre as obras das tuas mãos, tudo colocaste sob os seus pés…* (Sl 8, 6-7).